

Educação e valorização da língua materna

LUNA GÁMEZ/OPAN



Juarez Paimy, professor de Língua Rikbaktsa com alunos da Aldeia Curva, MT.

Juarez Paimy, da etnia Rikbaktsa e morador da aldeia Curva, Terra Indígena Erikpatsá, trabalha desde 2005 no sistema escolar indígena, com o ensino da língua materna. Em entrevista, Paimy explica a importância do trabalho com o idioma Rikbaktsa para evitar que este seja perdido.

Qual a importância do ensino da língua Rikbaktsa?

Precisamos valorizar nossa própria língua ma-

terna, pois muitas das pessoas do nosso povo falam mais o português do que o Rikbaktsa. Se um povo perde seu idioma, perde sua raiz e isso seria preocupante.

Por que você resolveu trabalhar com o ensino da sua língua materna?

Eu fui criado desde a infância na língua Rikbaktsa, meus pais não falavam muito o português. Recentemente fiz um curso de pedagogia e

comecei a atuar como professor indígena e senti a necessidade de ensinar nossa língua materna. É um desafio muito grande, pois a escola sozinha não dá conta de recuperar o uso do idioma, já que o aluno fica na sala de aula só quatro horas por dia. No convívio com a família e com a aldeia a influência do português é muito forte. Eu tento conversar com os adultos também sobre a necessidade de que o Rikbaktsa se torne nosso veículo principal de comunicação, como acontece com outros povos indígenas.

Existe um dicionário Rikbaktsa que está sendo elaborado, você poderia explicar em que consiste este trabalho?

Foi um missionário Salesiano que trabalhava no estudo de línguas indígenas quem começou o dicionário Rikbaktsa, mas embora queriam ajudar a gente, as pessoas de fora nem sempre sabem a forma correta da escrita. Por isso precisamos fazer oficinas com os falantes tradicionais para saber a fonética, e a escrita correta e finalizar nosso dicionário. Além disso, eu gostaria de criar cartilhas de alfabetização na língua Rikbaktsa, seria uma chave para reviver a língua com os alunos.

Umenã Myky, Minã Myky e Valdeilson Manokj, 21 de março de 2019, aldeia Curva, T.I. Erikpatsá, MT.

Ervas medicinais: “se a gente não colocar esse conhecimento em prática acaba a nossa cultura”

O conhecimento das ervas medicinais é uma das maiores riquezas dos povos indígenas. “Os indígenas da aldeia usam principalmente ervas medicinais (no cuidado com a saúde)”, afirma Maria Moreira de Oliveira, técnica de saúde da aldeia Curva, na Terra Indígena Erikpatsá. As plantas que servem para os tratamentos ancestrais estão sob o cuidado do casal de anciões Rafael Tsaymy e Gertrudes Ateata que concederam uma entrevista para o Juruena em Foco explicando a importância dessas práticas e alguns dos seus usos.

“A casca do tronco do murici pode ser usada como cicatrizante. Coloca em água para ferver e uma vez frio, põe sob a ferida”, responde Ateata quando questionada sobre o uso dessa planta. Ela, junto com Tsaymy, mostram as folhas de eucalipto e explicam que se colocadas dentro de um pano podem ser inaladas para aliviar a sinusite. A raiz do cumaru, a casca do cajueiro e da goiabeira fervida e consumida em forma de chá ajuda a combater a diarreia, assim como o óleo de copaíba pode aliviar inflamações, segundo a experiência que eles compartilham.

Márcio A. Silva, Rodrigo S. Mendes e Hernandes Morimã, 20 de março de 2019, aldeia Curva, T.I. Erikpatsá, MT.



Rafael Tsaymy e Gertrudes Ateata explicam os usos de algumas plantas medicinais.

Quem ensinou vocês a fazerem o uso das ervas medicinais?

Gertrudes Ateata: Minha mãe me ensinou desde criança. Ela já faleceu, mas agora minhas irmãs, meu irmão e eu trabalhamos todos com as ervas.

Vocês estão passando esse conhecimento para outras gerações?

Rafael Tsaymy: Sim, para meus netos e bisnetos. Eu falo para eles aprenderem porque nós não vamos ficar aqui para a vida toda. Se o jovem não se interessar por aprender, esse

conhecimento pode se perder. Tem que ter continuidade de geração para geração.

Por que a medicina tradicional é importante para seu povo?

Rafael Tsaymy: Porque é da cultura dos Rikbaktsa. Até hoje estamos seguindo as orientações dos anciões que já morreram.
Gertrudes Ateata: Se a gente não colocar esse conhecimento em prática acaba a nossa cultura, por isso nós dois trabalhamos só com medicina indígena. Já curamos muita gente com ervas.

Rituais de passagem para a vida adulta são chaves nas culturas indígenas

ADRIANO GAMBARINI/OPAN

Cada povo tem diferentes rituais seja para agradecer aos seus espíritos, para comemorar a safra de algum produto, cerimônias de cura e de passagem para a vida adulta. Membros dos povos Nambikwara, Myky e Manoki relatam os detalhes dos seus rituais de crescimento, geralmente diferenciados para meninas e meninos. Nestes momentos de transição, as anciãs e os anciãos passam os conhecimentos destas práticas para as novas gerações cuidando para a continuidade de suas culturas.



Ritual da Menina Moça.

A festa da Menina Moça na etnia Nambikwara

O Ritual da Menina Moça é uma festa tradicional do povo indígena Nambikwara, que vive no noroeste de Mato Grosso, município de Comodoro. O ritual começa quando a menina tem sua primeira menstruação. Ela conta para sua mãe e para seu pai que, em seguida, procuram o cacique para uma grande reunião geral com todas as aldeias próximas.

As mulheres da comunidade marcam um dia do final de semana para colher palha de açaí. Os meninos vão para a mata para tirar embi-

ra, uma fibra que serve para amarrar em volta da oca feita pelas mulheres. As meninas recém-menstruadas são levadas para a oca pelas pessoas mais velhas da aldeia, onde ficarão por um período de três a quatro meses.

Neste tempo acontecem várias festas que são o único momento que a menina pode sair. Para ser realizada a cerimônia final, todos vão para a mata fazer uma boa caçada de porcão, caititu, anta, paca, macaco, veado e outros animais da mata. Fazem também bebidas tradicionais

de mandioca d'água, milho fofo, banana, batata doce, abacaxi e outros alimentos.

Os organizadores da festa recebem alguns parentes mais próximos e dois padrinhos de cada menina. A festa começa à tardinha e vai até o amanhecer, respeitando os parentes de cada povo, suas danças, pinturas, músicas e as diferentes línguas faladas. Depois disso, a menina está pronta para procurar um companheiro.

Adriano Tawandé e Iranildo Tawandé, 20 de março de 2019, aldeia Curva, T.I. Erikpatsá, MT.

Três olhares sobre o ritual de batismo dos meninos Manoki e Myky

Os meninos Manoki e Myky com idade entre 9 e 14 anos passam por um processo chamado de "batismo". Durante esse ritual sagrado, os rapazes ficam entre sete e dez dias presos na casa do Yetá, o grande espírito destes povos, também conhecido como "o vizinho".

O nariz e orelhas são furados como símbolo da passagem da fase jovem para adulto. Depois disso, as mães recebem os filhos recém batizados com uma festa e danças tradicionais. É realizada uma grande caçada e preparada chicha de milho (espécie de batida).

Umenã, Minã e Valdeilson, três indígenas que passaram pelo ritual, contam sobre suas experiências.

Umenã Myky

Antes dos dias do batismo, eu tive uma preparação sobre o espírito sagrado. Uma anciã nos explicou como devíamos obedecer o Yetá (vizinho).

Depois disso, nós, meninos, nos preparamos para o ritual: pintamos o corpo, arrumamos nossos materiais (flecha, redes e colares) e saímos para conhecer o espírito sagrado que estava trabalhando na roça.

Quando voltamos para aldeia, ficamos durante um mês sem poder conversar com as mulheres e com os meninos ainda não batizados.

Minã Myky

Quando passei pelo ritual sagrado fiquei longe de casa. Fiquei só com meu pai e os pais dos outros meninos que estavam passando pelo mesmo processo.

Durante sete dias, o Yetá fica trabalhando na roça comunitária, enquanto nós ficamos trancados nesse lugar afastado. Eu fiquei deitado na rede com os meus amigos, bebendo chicha de milho.

Valdeilson Manoki

Durante o ritual aprendemos como devemos respeitar os pais, as irmãs e também os velhos da aldeia. Também aprendemos sobre as relações com a nossa comunidade e nossa cultura.

Na volta para a aldeia, somos recebidos com uma grande festa. Junto com a comida tem uma oferenda para o Yetá para agradecer pelo trabalho para a realização do nosso batismo.

Umenã Myky, Minã Myky e Valdeilson Manoki, 20 de março de 2019, aldeia Curva, T.I. Erikpatsá, MT.

VALDEILSON MANOKI



Ritual de batismo dos meninos Manoki.

“[...] nós meninos, nos preparamos para o ritual: pintamos o corpo, arrumamos nossos materiais (flecha, redes e colares) e saímos para conhecer o espírito sagrado” Umenã Myky

Frutos essenciais para a preparação das pinturas corporais estão ameaçados pelo desmatamento

O jenipapo cresce em imensas árvores nas florestas e é essencial para a manutenção dos rituais das pinturas indígenas. Também o urucum, um fruto sagrado para os Manoki e os Rikbaktsa que consideram que sua cor vermelha representa o sangue. No entanto, o desmatamento da floresta amazônica está provocando a diminuição dos pés selvagens destes dois frutos.

Frente à escassez, os povos Manoki e Rikbaktsa se deslocam até outras áreas para encontrar estas preciosas matérias primas para seus rituais. Algumas aldeias decidiram começar a plantar seus próprios pés de jenipapo, que demoram em torno de oito anos para começar a dar frutos.

vasilha a mistura é mexida até que fique muito vermelha e pastosa. Para pintar com jenipapo, o fruto precisa ser colhido, ralado e espremido. O líquido resultante deve descansar durante cerca de 12 horas para que ganhe uma cor bem preta.

Aline Manoki, Jucéli Manitsi, Tainá Rikbaktsa e Wanessa Atsaba, 20 de março de 2019, aldeia Curva, T.I. Erikpatsá, MT.



Preparação da tinta do jenipapo. Fotos Aline Manoki.

Cada povo indígena tem pinturas corporais específicas, utilizadas em momentos de tristeza ou de festa. Algumas são restritas a pessoas específicas ou a determinados rituais, outras são usadas por todos no dia-a-dia. Cada desenho está relacionado à identidade e à espiritualidade do povo. O Juruena em Foco fez uma seleção de algumas das pinturas corporais dos povos Manoki e Rikbaktsa, que vivem no noroeste de Mato Grosso.

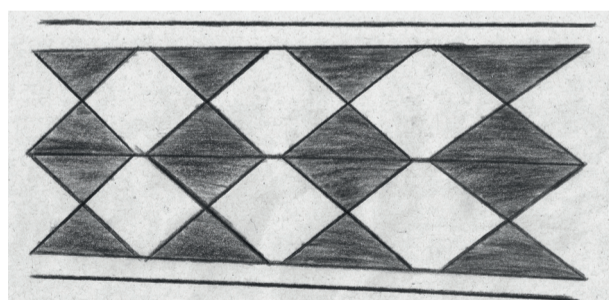
Pintura do Xire

A pintura do Xire, é comum nas festas culturais, manifestações, movimentos e em rituais sagrados do povo Manoki. Ela pode ser usada pelas mulheres, homens, crianças e adultos. É feita com a tinta de jenipapo (janã em idioma Manoki).



GUILHERME RUFFING/OPAN

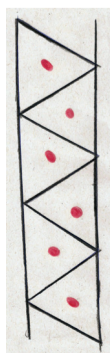
Jovens Manoki em visita aos Saltos Sagrados.



Desenho: Aline Manoki

Pintura do arco-íris

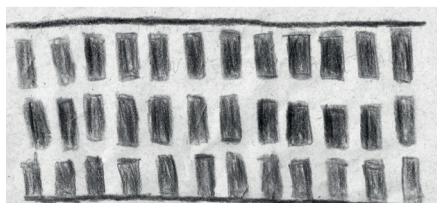
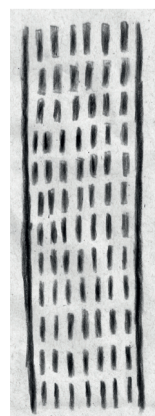
Na história do povo Manoki, Inuly (Deus) deu a pintura do tapoku (arco-íris) para as mulheres. Quando somente os homens tinham pintura, as mulheres estavam tristes, mas Inuly fez um lindo arco-íris no céu para que elas pudessem copiar. Essa pintura é feita com urucum (kano'y) e jenipapo (janã) e é utilizada somente pelas mulheres.



Desenho: Aline Manoki

Pintura corporal da arara amarela e vermelha

Essas pinturas são usadas em festas tradicionais e rituais do povo Rikbaktsa. Cada uma delas marca a pertença a uma das metades clânicas existentes: arara amarela ou arara vermelha. A escolha entre uma pintura e outra depende de qual clã a pessoa pertence, que é determinado pelo clã do pai. A diferença entre a pintura da arara vermelha e a da arara amarela é que a primeira tem um traço mais grosso e a segunda mais fino.



Desenhos: Wanessa Atsaba



ANA CAROLINA DE LIMA/OPAN

Urucum.

Hidrelétricas podem afetar Terras Indígenas

A etnia Rikbaktsa vive no noroeste do estado de Mato Grosso dividida em três terras indígenas nos municípios de Brasnorte, Juara e Cotriguaçu, nas margens dos rios do Sangue, Arinos e Juruena. Cercados por água, este povo, também conhecido como canoeiro, pode ser afetado diretamente por 11 grandes usinas hidrelétricas (UHE). Cinco delas no rio Juruena, duas no rio do Sangue, duas no rio Arinos e duas no rio dos Peixes, afluente do Arinos.

Os empreendimentos, muitos ainda em planejamento, ameaçam a fauna e a flora local, assim como as formas de vida das comunidades indígenas, ribeirinhas e de pescadores. “Esses projetos

de usinas hidrelétricas vão afetar os nossos lugares sagrados, ali está a história do nosso povo”, reflete com grande preocupação Jaime Zehamy, cacique da aldeia Curva, Terra Indígena Erikpatsá. Ele acredita que o governo não tem nenhuma preocupação com relação aos modos de vida das comunidades que vivem ali.

Para além dos impactos irreversíveis, o planejamento destes empreendimentos energéticos não tem respeitado a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho. Assinada em 2002 pelo Brasil, ela garante a consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas para tomada de decisões que afetem seus bens e direi-

tos. Segundo Zehamy: “os projetos estão sendo planejados sem a consulta aos povos atingidos. Nós não somos informados, querem construir essas usinas atropelando nossos direitos garantidos pela Constituição de 1988”, adiciona.

Um estudo da Operação Amazônia Nativa para a Rede Juruena Vivo, realizado em 2019, identificou 138 usinas hidrelétricas na bacia do Juruena, região da qual fazem parte as terras Rikbaktsa. Deste total, 32 estão em operação, 10 em construção e 96 em fase de planejamento.

Rogederson Natsitsabui, Oziel Rikbaktsa e Márcio Rikbakta, 21 de março de 2019, aldeia Curva, T.I. Erikpatsá, MT.

A morada ameaçada dos espíritos Rikbaktsa

ANA CAROLINA DE LIMA/OPAN



Flauta Rikbaktsa feita do osso da asa do Gavião Real.

O Salto Augusto é um conjunto de cachoeiras localizado na parte baixa do rio Juruena. Para além da beleza natural, é um local sagrado para o povo Rikbaktsa porque ali se originaram os ritmos que marcam as festas destes indígenas. Segundo as narrativas desta etnia, foi dos peixes que eles aprenderam suas práticas culturais.

No mito transmitido de geração para geração, um grupo de pessoas que estava no Salto Augusto ouviu o toque de uma flauta vindo do rio. Eram os peixes cantando e dançando. Quando retornaram para suas aldeias, elaboraram suas flautas e praticaram as músicas imitando os peixes do rio.

A partir deste momento nasceu a Festa dos Peixes e as três danças do povo Rikbaktsa. Até o dia de hoje, os Rikbaktsa continuam indo até o Salto Augusto, onde eles acreditam que moram os espíritos. Este lugar, que também é sagrado para vários povos indígenas que vivem nas imediações, está ameaçado pelo projeto de construção de hidrelétricas no curso do rio Juruena. A grande usina UHE JRN-234b no Salto Augusto Baixo é um dos empreendimentos que mais afetaria esse lugar caso for construída.

Lenice Wykmaha, Larissa Waikima e Adelaine Pikzaze, 21 de março de 2019, aldeia Curva, T.I. Erikpatsá, MT.

Rio Arinos abriga Tutarã, caramujo usado no colar de casamento tradicional

Jaime Zehamy e Leudete Muho casaram-se há 23 anos com o colar de conchas de caramujo, conhecido como Tutarã no idioma do povo Rikbaktsa. “Queríamos casar na nossa cultura e a gente decidiu que nosso casamento seria tradicional”, explica Zehamy, cacique da aldeia Curva, na Terra Indígena Erikpatsa.

O colar é feito da concha de um caramujo que habita a beira do rio Arinos e pode ser encontrado na época de seca, durante os meses de agosto e setembro. “Ele só vive no rio Arinos”, conta Zehamy. No momento da coleta, são selecionados os caramujos maiores, pois possuem a casca mais dura: “dá muito trabalho para fazer, tem que

cozinhar, lavar e furar”, conta Pedro Damião, morador da aldeia vizinha.

Gertrudes Ateata, mãe de Muho e responsável por fazer seu colar, explica que é preciso quebrar as conchas em forma de bicho e furar nos “olhinhos”, marcações existentes na casca. Depois elas são amarradas no colar de coco.

A peça não é exclusiva da noiva e pode ser emprestada para outros casais que desejam fazer o ritual do casamento tradicional. É também utilizada em outras ocasiões.

Valdir Maemytsa e Geovane Ikomy, 21 de março de 2019, aldeia Curva, T.I. Erikpatsá, MT.



Jaime Zehamy e Leudete Muho, casados com o colar de caramujo que está sobre a mesa.



EDEMAR TREUHERZ/OPAN

Este jornal é resultado da oficina de introdução ao jornalismo comunitário, que aconteceu entre os dias 19 e 21 de março de 2019 na Aldeia Curva, Terra Indígena Erikpatsá, Mato Grosso.

JURUENA EM FOCO

Expediente - Edição: Luna Gámez e Livia Alcântara.
Jornalista responsável: Livia Alcântara (16821/MG).
Repórteres: Adelaine Pikzaze, Adriano Tawandé, Aline Manoki, Geovane Ikomy, Hernandes Morimã, Iranildo Tawandé, Jucéli Manitsi, Larissa Waikima, Lenice Wykmaha, Márcio A. Silva, Márcio Rikbakta, Minã Myky, Oziel Rikbaktsa, Rodrigo S. Mendes, Rogederson Natsitsabui, Tainá Rikbaktsa, Umenã Myky, Valdeilson Manoki, Valdir Maemytsa, Wanessa Atsaba. **Projeto gráfico e Diagramação:** Talita Aquino. **Equipe Berço das Águas:** Artema Lima, Tarcísio Santos, Edemar Treuherz, Liliane Xavier, Livia Alcântara.